

CARTA DE NOVA OLINDA

CASAS DO PATRIMÔNIO

Em 01 de dezembro de 2009.

Reunidos em Nova Olinda (CE), na Fundação Casa Grande – Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe – entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2009, os participantes do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio tornam público o documento final deste encontro.

O objetivo do encontro foi avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio, hoje implantadas, e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como também propor ao Iphan a criação de instrumentos legais e administrativos que garantam a sustentabilidade da proposta. Estavam presentes no encontro representantes e colaboradores do Iphan e das seguintes Casas do Patrimônio: Centro de Referência do Samba de Roda em Santo Amaro, Bahia; Casa da Baronesa, Ouro Preto, Minas Gerais; Casa do Patrimônio de Iguape, São Paulo, Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ceará; Casa do Patrimônio de João Pessoa, Paraíba, Casa do Patrimônio de Recife, Pernambuco.

Vale dizer que esse documento representa a culminância de um conjunto de investimentos que a área de Promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro, do Iphan, vem fazendo ao longo dos anos, no sentido de estruturar e consolidar um campo de trabalho para as ações educativas voltadas para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse processo, é preciso reconhecer as inúmeras iniciativas de educação patrimonial implementadas pelas Superintendências e instituições ligadas ao Iphan e por diferentes organizações da sociedade pelo Brasil afora.

Tais experiências e iniciativas articuladas para a reflexão sobre as práticas e a construção coletiva, se traduziram em propostas consolidadas a partir dos eventos promovidos pela Coordenação de Educação Patrimonial, dos quais merecem destaque: a Reunião Técnica realizada em Pirenópolis, Goiás, em 2004, reunindo todas as Superintendências do Iphan, considerada o marco institucional no sentido de tentar organizar e estabelecer uma ação coordenada no campo de ações de educação patrimonial; o 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP), realizado em São Cristóvão, Sergipe, em 2005, onde se buscou discutir e propor parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas, nos museus e na sociedade; os diversos cursos sobre Educação e Patrimônio Cultural organizados por diferentes universidades do país; e, por fim, a Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a projetos culturais nas Casas do Patrimônio, realizada em 2008, em Pirenópolis, que resultou na elaboração de diretrizes para a atuação das Casas do Patrimônio.

Considerando que,

1. a proposta das Casas do Patrimônio se fundamenta na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais, pois, além de informar e dialogar sobre as atividades e rotinas administrativas da instituição, buscará investir em ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados e de promoção do patrimônio cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, capaz de gerar renda e de atuar a partir de noções ampliadas de patrimônio;

2. as ações educativas a serem implementadas e fomentadas nas Casas do Patrimônio e se estruturam a partir de diferentes perspectivas e abordagens inovadoras e em cujas ações de preservação convivem noções de patrimônio, que ao mesmo tempo se confrontam e se complementam, pois estão associadas a um patrimônio considerado nacional e um patrimônio caracterizado como simbólico e identitário; um patrimônio herdado e um patrimônio reivindicado; um patrimônio material e um patrimônio imaterial; um patrimônio ligado ao Estado e um patrimônio social, étnico ou comunitário.

3. para a multiplicação do entendimento desse conceito é essencial se trabalhar, no Sistema Nacional de Patrimônio, com as noções ampliadas de patrimônio, de museologia social e crítica, de educação dialógica, e de arte e cultura;

4. ainda para isso, faz-se necessária a construção coletiva de um novo protagonismo, entre instituições governamentais e não-governamentais, deve-se privilegiar a formulação de diretrizes básicas de ações educativas, que permitirão ao Iphan mediá-las junto à sociedade, resultando na construção de uma noção compartilhada de Patrimônio Cultural que facilite abordá-lo em sua diversidade.

Os participantes do seminário pactuaram a construção da rede das Casas do Patrimônio e, em co-responsabilidade, adotar o seguinte conceito e o conjunto de premissas básicas, objetivos e recomendações:

Conceito

A Casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução e diálogo com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural.

PREMISSAS BÁSICAS

- Garantia de um espaço para colaboração de saberes e difusão do conhecimento;
- Realização, Promoção e fomento das ações educativas e a articulação das áreas de patrimônio cultural, meio ambiente e turismo; dentre outros campos da ação pública;
- Manutenção ter e disponibilização das informações e acervos sobre o patrimônio para acesso da população;
- Estimulo à participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural;
- Promoção permanente de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e a qualificação de profissionais para atuar na área;
- Fomento fortalecimento da atuação em redes sociais de cooperação institucional e com a comunidade.
- Fomento ao reconhecimento da importância da preservação do patrimônio cultural;

OBJETIVOS

- Criar canais de interlocução com a sociedade e os setores públicos responsáveis pelo patrimônio;
- Identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural;
- Incentivar a participação social na gestão e proteção dos bens culturais;
- Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico;
- Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos junto às comunidades, aos profissionais e gestores da área, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais;
- Fomentar a apropriação, manutenção e valorização da identidade e dos aspectos históricos, culturais, artísticos e naturais locais, territoriais, regionais, nacionais, e internacionais, em prol do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida.

ESTRATÉGIAS

- Mapeamento dos investimentos e políticas de fomento consonantes com as noções ampliadas de patrimônio, museologia social, educação dialógica, conceitos ampliados da arte e cultura no Sistema Nacional de Patrimônio;
- Educação patrimonial como tema transversal e interdisciplinar;
- Elaboração de regimento próprio para cada Casa do Patrimônio;
- Plano de trabalho continuado;
- Articulação e aglutinação de ações educativas junto à comunidade;
- Elaboração de plano de comunicação nacional, estadual e municipal para as Casas do Patrimônio;
- Envolvimento das instituições educacionais formais e informais nos processos de educação patrimonial;
- Envolvimento de artistas, agentes e instituições culturais nos processos de educação patrimonial;
- Garantia da manutenção do conceito gerador para o fortalecimento da identidade do projeto Casa do Patrimônio;
- Garantia de autonomia de gestão local;
- Promoção de ações de sensibilização e aproximação para estimular o protagonismo dos atores sociais;
- Articulação da rede das Casas do Patrimônio com as redes já estabelecidas, tanto pelo Ministério da Cultura quanto pelos demais parceiros a serem mapeados;
- Articulação com instituições de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios;
- Adoção de modelos de gestão do patrimônio cultural que tenham como perspectiva uma proposta de colaboração de saberes;
- Estimulo a estados e municípios para a criação de instrumentos legais que garantam suas participações continuadas nas Casas do Patrimônio;
- Construção de uma rede integrada das casas do patrimônio e de instrumentos de operacionalização e manutenção, tais como:

FORMAÇÃO DA REDE DAS CASAS DO PATRIMÔNIO

- Criação do portal virtual integrado das Casas do Patrimônio;
- Visitas/missões técnicas periódicas entre Casas do Patrimônio para troca de experiências, incluindo estágios e residências criativas para colaboração de saberes;
- Circulação de informações, produtos editoriais e exposições.;
- Fórum permanente de debate com encontros presenciais periódicos;
- Seminário nacional, de periodicidade anual, para avaliação das Casas do Patrimônio;
- Criação de banco de ações referenciais em educação patrimonial;

ASPECTOS ESTRUTURAIS

- Criação do Programa Nacional de Educação Patrimonial;
- Definição de instrumentos jurídicos e normativos para as Casas do Patrimônio
- Criação de Conselhos Gestores e ou Consultivos formados por parceiros, comprometidos com a gestão e manutenção da casa;
- Identificação de parceiros potenciais;
- Criação do sistema de planejamento, monitoramento e avaliação da rede e das Casas do Patrimônio;
- Adoção de modelo de gestão participativa com o funcionamento sistêmico de instâncias e espaços de reflexão e avaliação.
- Garantir a presença do Iphan na implantação e funcionamento das Casas do Patrimônio;

ASPECTOS OPERACIONAIS

- Formação de equipe de gestão;
- Definição de garantias de orçamento e do quadro de pessoal e a responsabilidade dos entes parceiros na sua manutenção;
- Qualificação continuada do quadro pessoal das Casas do Patrimônio;
- Elaboração de cronograma de atividades em consonância com o planejamento estratégico construído de forma compartilhada entre os parceiros das Casas do Patrimônio.

Recomendações ao Iphan

- Estabelecer como princípio que a ação educativa seja componente de todas as ações institucionais de gestão do patrimônio com previsão de recursos específicos;
- Formulação do planejamento plurianual compartilhado com a rede das Casas do Patrimônio;
- Orientação para que o percentual de recursos referentes à educação patrimonial relativas a pesquisas arqueológicas outorgadas pelo Iphan seja destinado às ações educativas das Casas do Patrimônio;
- Articulações para que haja a vinculação orçamentária ao Fundo Nacional de Cultura – FNC com a perspectiva de ser incorporado ao Fundo Setorial do Patrimônio Cultural;
- Definição de modelo de gestão por meio de Termo de Compromisso ou Contrato de gestão (DAF Iphan/ Unidades / Parceiros);
- Criação de um edital anual de fomento das ações educativas, acompanhadas de pesquisa e divulgação, das Casas do Patrimônio.
- Estruturação e ou aquisição de espaço físico próprio para as Casas do Patrimônio, preferencialmente integrados às atividades institucionais;
- Qualificação do corpo técnico e administrativo do Iphan para atuação junto às Casas do Patrimônio.

Pactum e assinam o presente documento:

Aguinaldo Ribeiro de Carvalho – Casa do Patrimônio de Iguape (SP)
Alexandra Virginia Mota – Museu de Arte Contemporânea – UFF (RJ)
Átila Bezerra Tolentino - Gestor Iphan/PB
Carina Mendes dos Santos Melo - arquiteta da Superintendência do Iphan/SP
Carlos Alberto Pereira Junior – Secretário Municipal de Cultura – Iguape (SP)
Célia Perdigão – Iphan/CE
Celmar Ataídes Junior – Diretor da TV da Universidade Federal de Ouro Preto (MG)
Claudia Itaboraí Ferraz – Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto (MG)
Elizabeth Vicari – Laboep – Universidade Federal Fluminense (RJ)
Evelina Grumberg – Museu da Abolição – Recife (PE)
Fernanda Rocha – Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB)
Francisco Allemberg – presidente da Fundação Casa Grande (CE)
Frederico Faria Neves Almeida- Superintendente do Iphan/PE
Guilherme Carvalho da Silva – Centro Nacional de Arqueologia - CNA/Iphan
Ítala Byanca M. da Silva – Iphan/CE
Ivarnice Gomes Wolf – Iphan/BA
Ivo Barreto – Iphan – Cabo Frio (RJ)
José Clodovel de Arruda Coelho Neto - Superintendente do Iphan/CE
Josélia de Almeida Martins - Secretaria municipal de Educação de João Pessoa (PB)
Josilane Maria do Nascimento Aires – Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (PB)
Juca Villaschi - Chefe do Departamento de Turismo da UFOP – Ouro Preto (MG)
Leonardo Falangola Martins - Arquiteto Iphan/SP
Luciana Moreira – Casa do Patrimônio de Iguape (SP)
Luis Guilherme Vergara – Universidade Federal Fluminense (RJ)
Márcia Helena Gonçalves Rollemberg – Diretora do Departamento de Articulação e Fomento – DAF/ Iphan
Maria das Mercês Torres Parente – Consultora do Ministério do Turismo
Maria Elizabeth Negrão – Prefeita Municipal de Iguape (SP)
Maria Emilia Lopes – Iphan/PE
Maria Hosana Magalhães Viana – Secretaria de Educação do Ceará
Maria Olga Enrique Silva – Iphan – João Pessoa (PB)
Marinalva Batista Santos – Iphan/BA
Pedro Gustavo M. Clerot - Coordenação de Educação Patrimonial – DAF/Iphan
Rosemeire Castanha – Iphan/SP

Rosiane Limaverde – Fundação Casa Grande Nova Olinda (CE)

Simone Monteiro Silvestre Fernandes – Iphan – Ouro Preto (MG)

Simone Scifoni – Universidade de São Paulo

Sônia Rampin Florêncio - Coordenação de Educação Patrimonial –DAF/Iphan

Tadeu Gonçalves – Coordenador Educação Patrimonial – DAF/Iphan